

Curso/Disciplina: Direito Constitucional Objetivo

Aula: Nacionalidade - 03

Professor(a): Luis Alberto

Monitor(a): Sarah Padilha Gonçalves

Aula nº. 03

1. SITUAÇÃO DOS PORTUGUESES: “quase nacionais”

Peculiar característica do ordenamento pátrio é a que prevê a figura do português equiparado, conforme dicção do art. 12, § 1º, CF/88:

Art. 12. (...)

§ 3º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição.

Como dispõe o texto constitucional, em havendo **RECIPROCIDADE** em favor de brasileiros residentes em Portugal, os portugueses que aqui residam terão tratamento jurídico similar ao dispensado ao brasileiro naturalizado, sem precisarem, para isso, de submeterem-se a qualquer **procedimento de naturalização**. Isso significa que os **portugueses permanecerão estrangeiros**, porque não naturalizados, muito embora **possuidores de direitos equivalentes aos ostentados pelos brasileiros naturalizados**, em razão da reciprocidade. Ficarão, pois, na condição de **QUASE NACIONAIS**.

Como a reciprocidade existe, já que em 2001 foi reafirmado o **Tratado Bilateral de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil** - a fim de consolidar os particulares laços partilhados pelos dois povos, decorrentes de uma história que por mais de três séculos os aproximou - **os portugueses que aqui residam em caráter permanente poderão comparecer ao Ministério da Justiça**, munidos de documento que comprove a nacionalidade portuguesa, a capacidade civil e a admissão na República Federativa do Brasil em caráter permanente, **para requerer a quase nacionalidade**.

Atenção! **O português é equiparado ao brasileiro naturalizado**¹ (não é nato por causa da última parte: “salvo os casos previstos nesta Constituição”). A ressalva diz respeito aos cargos privativos de brasileiros naturalizados, previstos no art. 12, § 3º da CF.

¹ **Assertiva errada de concurso:** a situação do cidadão português que, no Brasil, seja admitido no regime de igualdade plena previsto na Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses, é ~~idêntica~~ à do brasileiro naturalizado. Está errado porque o brasileiro naturalizado conta, no exterior, com a proteção das autoridades brasileiras e só pode ser extraditado nas hipóteses do art. 5º, LI, da CF, o que não é o caso do português beneficiado pelo Estatuto da Igualdade.

Quais são os dois tipos de “quase nacionalidade”? Temos a dois tipos:

(i) A **igualdade simples** abarca os mesmos direitos dos brasileiros.

(ii) A **igualdade qualificada** abarca, além dos demais direitos, os direitos políticos. Atenta-se que os direitos políticos em Portugal serão suspensos, pois a pessoa não pode, por exemplo, votar aqui e votar também em Portugal.

Observações.:

- O GOZO DOS DIREITOS POLITICOS NO BRASIL importa em **suspensão do exercício dos mesmos direitos em Portugal**.
- O benefício do estatuto da igualdade não é automático, exigindo que o interessado o requeira e que o pedido seja deferido pelo Ministro da Justiça.

Gozo de direitos políticos por portugueses

Observe o conteúdo do **Tratado Bilateral de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil**:

Artigo 13.

1. A titularidade do estatuto de igualdade por brasileiros em Portugal e por portugueses no Brasil não implicará em perda das respectivas nacionalidades.
2. Com a ressalva do disposto no parágrafo 3º do Artigo 17, os brasileiros e portugueses referidos no parágrafo 1º continuarão no exercício de todos os direitos e deveres inerentes às respectivas nacionalidades, salvo aqueles que ofenderem a soberania nacional e a ordem pública do Estado de residência.

Artigo 17.

1. O gozo de direitos políticos por brasileiros em Portugal e por portugueses no Brasil só será reconhecido aos que tiverem três anos de residência habitual e depende de requerimento à autoridade competente.
2. A igualdade quanto aos direitos políticos não abrange as pessoas que, no Estado da nacionalidade, houverem sido privadas de direitos equivalentes.
3. O gozo de direitos políticos no Estado de residência importa na suspensão do exercício dos mesmos direitos no Estado da nacionalidade.

Importante observar que **não se trata de uma dupla cidadania ou uma cidadania comum luso-brasileira**. Simplesmente, uns e outros recebem, à margem ou para além da condição comum de estrangeiro, direitos que a priori poderiam ser apenas conferidos aos cidadãos do país.

Ressalta Gilmar Ferreira Mendes que reconhecida a igualdade, poderá o beneficiário votar e ser votado, bem como ser admitido no serviço público. O titular do estatuto pleno passa a ter deveres como o concernente à obrigatoriedade do voto.

Nos termos do tratado, **os direitos políticos não podem ser usufruídos no Estado de origem e no Estado de residência**. Assim, assegurado esse direito no Estado de residência, ficará ele suspenso no Estado de origem.

No que tange aos **CARGOS PÚBLICOS**, **o beneficiário português do estatuto pleno poderá ter acesso a todas as funções**, excetuadas aquelas conferidas apenas aos brasileiros natos. Porém, **não se pode afirmar que a situação do português admitido no Estatuto de Igualdade seja idêntica à do brasileiro naturalizado**.

Observa Francisco Rezek que, ao contrário do naturalizado, o português beneficiário do estatuto de Igualdade Plena **não pode aqui prestar serviço militar, estando submetido à expulsão e à extradição**, esta quando requerida pelo governo português. O benefício da igualdade só será extinto no caso de expulsão ou de perda da nacionalidade portuguesa. Caso se verifique a perda de direitos políticos em Portugal, haverá igualmente a perda desses direitos no Brasil, fazendo com que o titular do estatuto pleno passe a deter apenas a igualdade civil.

Cuidado para não confundir!

Naturalização de estrangeiro de língua nativa portuguesa x Quase-nacionalidade dos Portugueses	
Naturalização de estrangeiro proveniente de país de língua portuguesa (conceito mais amplo)	Quase nacionalidade (portugueses – conceito mais restrito) ;
<p>Aplicável a qualquer estrangeiro cuja língua nacional seja o Português, desde que tenha:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Residência ininterrupta por 1 ano; - Idoneidade moral. <p>Exige pedido de naturalização.</p>	<p>Aplicável aos portugueses:</p> <ul style="list-style-type: none"> - com residência permanente no país; - se houver reciprocidade em favor de brasileiros <p>Neste caso, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado, sem que seja necessário o processo regular de naturalização</p>

2. DIFERENÇAS DE TRATAMENTO ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS

O texto constitucional consagra, no caput do art. 5º, o **princípio da igualdade** e, como desdobramento do axioma veda, no § 2º do art. 12, o estabelecimento de distinções entre brasileiros natos e naturalizados.

Art. 12. (...) § 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

Entretanto, o **próprio texto constitucional reconheceu algumas situações nas quais poderá haver tratamento diferenciado entre brasileiros**. Estas hipóteses - que, ressalte-se, são taxativas, isto é, as únicas admitidas - referem-se:

- 1ª) aos **cargos**;
- 2ª) à **função**;
- 3ª) à **extradição** e
- 4ª) à **propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora de sons e imagens**.

Vejamos cada uma delas.

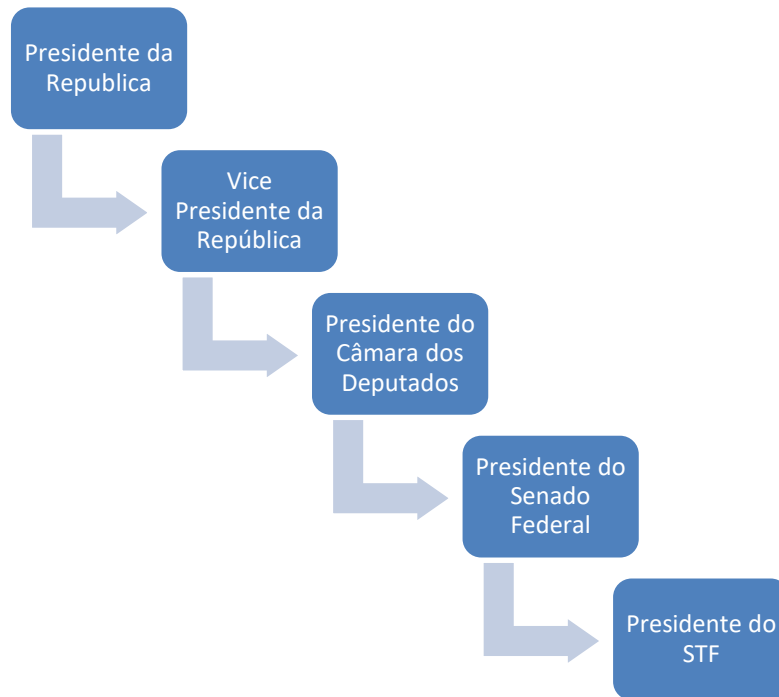
2.1. Diferenças de tratamento em relação ao CARGO PÚBLICO

Em conformidade com o que está presente no art. 12, § 3º, CF/88, alguns cargos estratégicos são privativos de brasileiros natos, ou porque compõem a linha sucessória (e de substituição) presidencial ou por razões de segurança nacional. Nos exatos termos postos pela Constituição, **são privativos de brasileiros natos os cargos**:

- de **Presidente da República** (inciso I);
- de **Vice-Presidente da República** (inciso I);
- de **Presidente da Câmara dos Deputados** (inciso II);
- de **Presidente do Senado Federal** (inciso III);
- de **Ministro do Supremo Tribunal Federal** (inciso IV);
- da **carreira diplomática** (inciso V);
- de **oficial das Forças Armadas** (inciso VI); e
- de **Ministro de Estado da Defesa** (inciso VII);

Justifica-se a circunstância de os primeiros cinco cargos (incisos I a IV do art. 12, § 3º, CF/88) serem privativos de brasileiros natos a partir da **necessidade de que o cargo público mais elevado da nação - a Presidência da República - esteja protegido com maior efetividade**.

Os cinco primeiros cargos correspondem à **linha sucessória ao cargo de chefe do Executivo**, na hipótese de vacância pelo imediatamente sucessor.



→ Obs.: Presidente do Supremo Tribunal Federal : **qualquer um dos 11 Ministros que compõem a Corte pode presidi-la, o** que demonstra a essencialidade do cargo de Ministros do STF estarem reservados aos brasileiros natos.

No que tange aos demaís cargos (incisos V a VII do art. 12, § 3º, CF/88), a delimitação do preenchimento de modo exclusivo por brasileiros natos foi engendrada, presume-se, por **razões de segurança nacional**

Art. 12. (...)

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I - de Presidente e Vice-Presidente da República;

II - de Presidente da Câmara dos Deputados;

III - de Presidente do Senado Federal;

IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V - da carreira diplomática;

VI - de oficial das Forças Armadas.

VII - de Ministro de Estado da Defesa (Incluído pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

Observações:

- **Todos os 11 Ministros do Supremo Tribunal Federal devem ser brasileiros natos**, uma vez que se revezam no exercício da presidência do Tribunal. Apesar de o sistema de vocação ser secreto, como prevê o regimento interno, é tradição na Corte que o Vice seja eleito Presidente e que o Ministro mais amigo - que ainda não tenha assumido nenhum dos cargos - ocupe a Vice-Presidência;

- os Ministros dos demais Tribunais do Poder Judiciário **não precisam ser detentores da nacionalidade primária** para ocuparem os respectivos cargos
- **brasileiros naturalizados podem ocupar os cargos de Deputado Federal e Senador**, nunca chegando, porém, à Presidência da respectiva Casa ;
- O único Ministro de Estado que deve ser brasileiro nato é o **Ministro da Defesa**, por força do art. 87 da CF;

2.2. Diferenças quanto à FUNÇÃO PÚBLICA

A segunda distinção refere-se aos **assentos no Conselho da República**: a Constituição (art. 89, VII, CF/88) reserva **seis assentos** no Conselho - órgão auxiliar da Presidência da República em momentos de crise institucional - para brasileiros natos.

Art. 89. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:

I - o Vice-Presidente da República;

II - o Presidente da Câmara dos Deputados;

III - o Presidente do Senado Federal;

IV - os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;

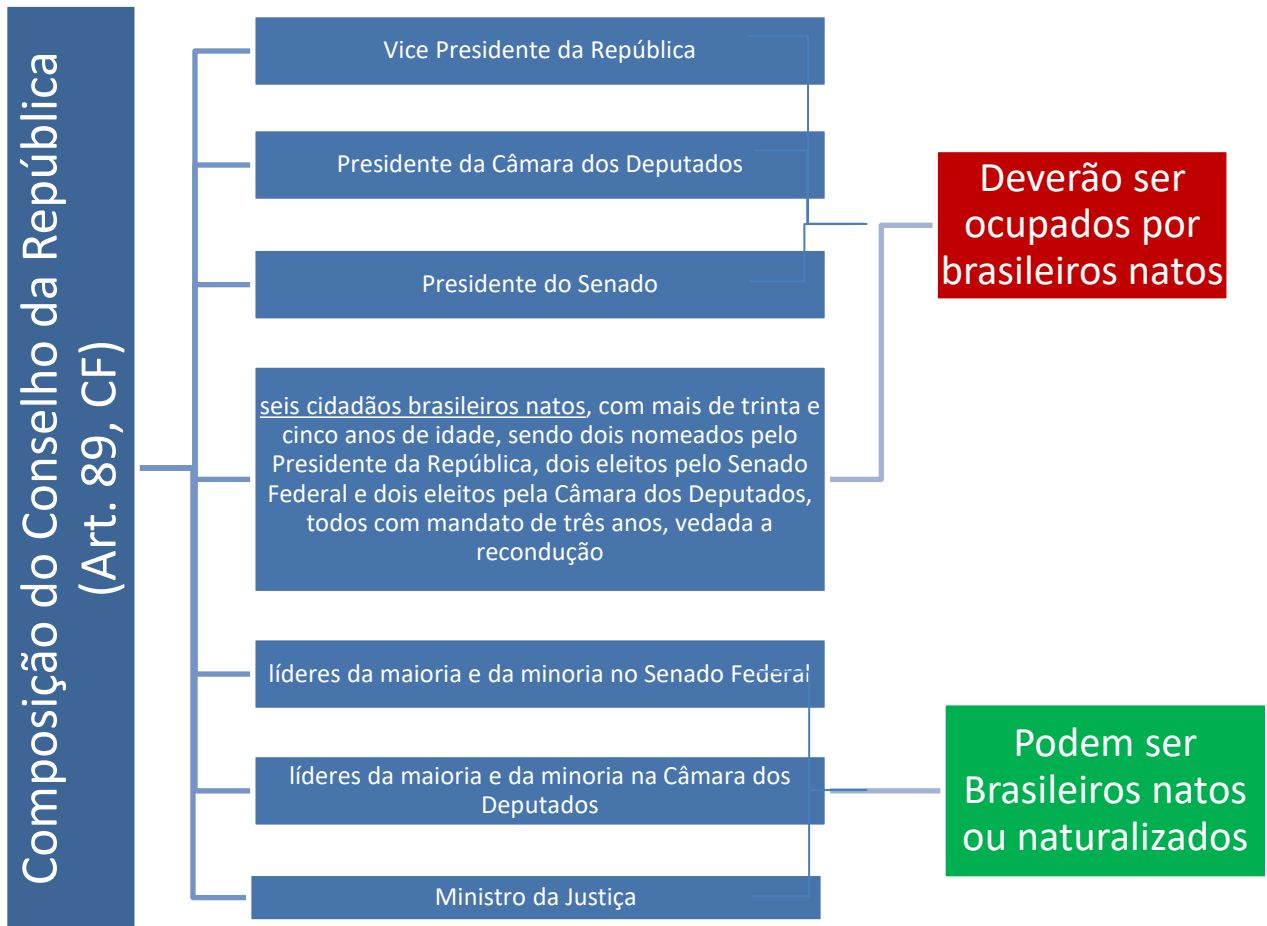
V - os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;

VI - o Ministro da Justiça;

VII - seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

ATENÇÃO! Cuidado para não confundir !

Existe a possibilidade de brasileiros naturalizados integrarem o Conselho da República: só não podem ocupar os assentos que o art. 89, VII reserva aos seis cidadãos brasileiros natos, nada impede que ingressem no órgão enquanto líderes da maioria ou da minoria da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou então como Ministro da Justiça.



2.3. Diferenças quanto à EXTRADIÇÃO

Com relação à extradição, o tratamento diferenciado entre o brasileiro nato e o naturalizado está expresso no art. 5º, LI da CF/88:

Art. 5º. (...)

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

O dispositivo legal determina que **o brasileiro nato não pode ser extraditado, em hipótese alguma**. Nem mesmo se for um brasileiro nato possuidor de dupla nacionalidade (isto é, simultaneamente brasileiro e nacional de outro país) e o outro país requerer sua extradição.

Exemplo: um brasileiro nato dotado de dupla nacionalidade - também é italiano - que comete um crime na Itália e consegue se deslocar para o Brasil. Ainda que o governo italiano requeira sua extradição, a República Federativa do Brasil não a concederá, pois, apesar de ser nacional do Estado requerente (Itália), é brasileiro nato.

Por outro lado, a Constituição **permitiu a extradição do brasileiro naturalizado** em duas situações:

- prática de um crime comum ANTES da naturalização.** Neste caso, para evitar que o indivíduo adquira a nacionalidade apenas como forma de não ser extraditado, impede-se a incidência da proteção contra o

processo extradicional se o sujeito tiver praticado o crime comum antes da naturalização, isto é, antes de lhe ser entregue o certificado de naturalização.

- Ressalte-se que se o crime não for comum, **mas sim político ou de opinião**, não poderá haver a **extradição do brasileiro naturalizado (Art. 5º, LII, CF)**;

Art. 5º. (...)

LII - não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;

- (II) na hipótese de envolvimento comprovado com o tráfico ilícito de entorpecentes ou drogas afins. Neste caso, a Constituição permite a extradição **independentemente de o crime ter sido praticado antes ou depois da naturalização**, já que este é um crime que a República Federativa do Brasil se comprometeu, na ordem interna e internacional, a combater.

2.4. Diferenças quanto à PROPRIEDADE DE EMPRESA JORNALÍSTICA E DE RADIODIFUSÃO sonora de sons e imagens

Para finalizar as hipóteses de distinção entre brasileiros natos e naturalizados, temos a quarta: em conformidade com o que determina o art. 222 da CF/88, com redação dada pela EC nº 36/2002, a **propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos**, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

*Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados **há mais de dez anos**, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)*

*§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a **brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos**, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação*

*§ 2º A **responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação** veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação social.*

*§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, **deverão observar os princípios enunciados no art. 221**, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais.*

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º.

*§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso **Nacional**.*

Extradição	<p>Somente o naturalizado pode ser extraditado (o nato nunca!)</p> <p>O naturalizado pode ser extraditado por crime cometido antes da naturalização ou então mesmo depois da naturalização se o crime cometido foi o tráfico ilícito de entorpecentes.</p>
Cargos privativos	<p>Há alguns cargos privativos de brasileiro nato. São eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Presidente e Vice-Presidente da República ; ii. Presidente da câmara dos deputados ; iii. Presidente do Senado Federal ; iv. Ministro do Supremo Tribunal Federal ; v. De carreira diplomática ; vi. De oficial das Forças Armadas vii. De Ministro de Estado da Defesa
Atividade nociva ao interesse nacional	<p>Somente o brasileiro natu</p> <p>ralizado poderá perder a nacionalidade em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional (art. 12, par. 4º, I, da CF/88).</p>
Conselho da República	<p>Participam do Conselho da República, além de outros membros, seis cidadãos brasileiros natos, segundo o art. 89 da CF/88.</p>
Empresa jornalística e de radiodifusão	<p>Para que o brasileiro naturalizado seja proprietário de empresa jornalística e de radiodifusão no Brasil é necessário que tenha se naturalizado há mais de 10 anos.</p>

Informativo 834, STF

É possível conceder extradição para brasileiro naturalizado envolvido em tráfico de droga (art. 5º, LI, da CF/88). STF. 1ª Turma. Ext 1244/República Francesa, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 9/8/2016 (Info 834)

2.5. Extradição, deportação e expulsão

2.5.1. Extradição

EXTRADIÇÃO é ato através do qual um determinado Estado entrega um indivíduo, que está sendo acusado de um crime ou já foi condenado pela atividade delitosa, à justiça de outro Estado, que postula o direito de julgá-lo ou puni-lo.

A efetivação da extradição está na dependência de alguns **REQUISITOS**, quais sejam:

- **fundamentação do pedido extradicional** (apresentado pelo Estado requerente) na existência de tratado bilateral ou, ante a inexistência deste, na **fixação de promessa de reciprocidade entre os Estados** ;
- **competência exclusiva** do Estado requerente para o processamento e julgamento do fato delituoso, e a consequente incompetência da justiça brasileira para julgar o fato;
- comprovação de **existência de mandado de prisão ou decisão penal condenatória**, emitidos por juízo competente do Estado requerente;
- **dupla tipicidade**, o que significa a possibilidade hipotética de o processo penal ser instaurado em qualquer dos dois países
- **inocorrência de prescrição** (da pretensão punitiva e da pretensão executória), segundo a nossa legislação e a do país estrangeiro;
- **não cominação ao crime, na legislação brasileira**, de **pena igual ou inferior a um ano**;
- **não submissão do estrangeiro a julgamento** (no Estado requerente) engendrado por um **juízo ou um Tribunal de exceção**;
- **inexistência de caráter político** (ou de crime de opinião) ao delito atribuído ao extraditando; e, por fim,
- **fixação de um acordo** no qual o Estado requerente se obriga, formalmente, a:
 - i) **converter a eventual pena de morte aplicável ao fato por pena de privação de liberdade** (excetuando-se, claro, os casos em que referida sanção é admitida pela legislação pátria - art. 5º, XLVII, "a", CF/88);
 - ii) comutar a pena de prisão perpétua por **pena privativa de liberdade com prazo máximo de trinta anos**;
 - iii) **reconhecer a detração penal**, isto é, computar o tempo de prisão já cumprido pelo extraditando na República Federativa do Brasil durante o período do processamento da extradição;
 - iv) **não entregar o extraditando a outro Estado estrangeiro que o requeira para processamento ou julgamento**, salvo se a reextradição for previamente consentida pelo Brasil.

Existem duas espécies de extradição, a passiva e a ativa.

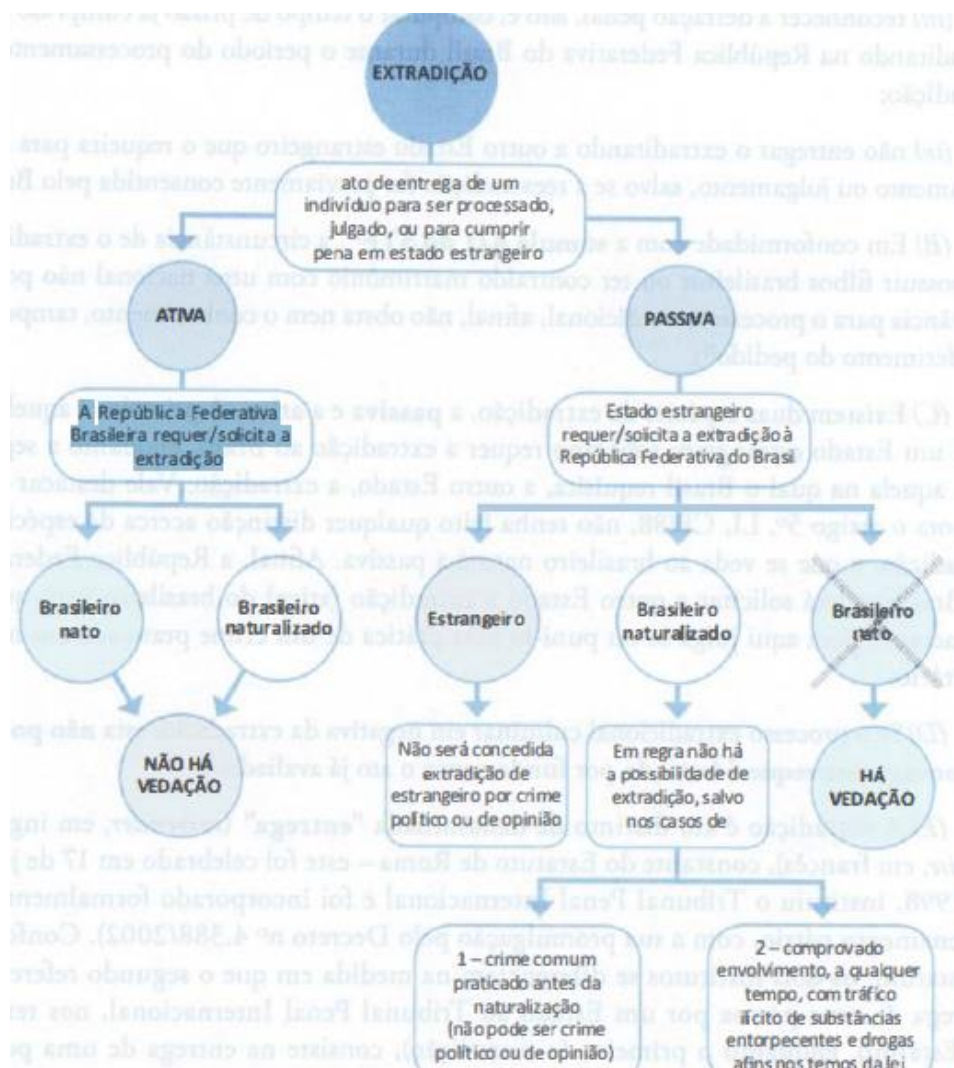
- **Extradição PASSIVA:** É aquela na qual um Estado estrangeiro soberano requer a extradição ao Brasil ;
- **Extradição ATIVA:** É aquela na qual o Brasil requisita, a outro Estado, a extradição.

Vale destacar que, embora o artigo 5º, LI, CF/88, não Tenha feito qualquer distinção acerca da espécie de extradição, **a que se veda ao brasileiro nato é a PASSIVA**. Afinal, a República Federativa do Brasil poderá solicitar a outro Estado a extradição (ativa) do brasileiro nato que lá se encontre para aqui julgá-lo ou puni-lo pela prática de um crime praticado em nosso território;

Importante destacar que **se o processo extradicional culminar em negativa da extradição, esta não poderá ser novamente requerida tendo por fundamento o ato já avaliado**.

Por fim, a redação da Súmula 421 do STF, que dispõe sobre o matrimônio de extraditado com brasileiro (a) :

Súmula 421, STF: Não impede a extradição a circunstância de ser o extraditado casado com brasileira ou ter filho brasileiro.



(Tabela retirada do **Manual de Direito Constitucional**, de Nathalia Masson – p. 332)

2.5.2. Deportação

A **DEPORTAÇÃO** decorre da entrada (ou mesmo permanência) irregular do estrangeiro em território nacional, e consiste na determinação de sua saída compulsória para o país de sua nacionalidade (ou para outro país que se disponha a recebê-lo), caso não se retire voluntariamente do território nacional em prazo previamente estipulado.

- O fundamento é o ingresso ou a estada em desarmonia com os requisitos estabelecidos na legislação pátria, sem qualquer relação com a prática de crime no território nacional ou estrangeiro.
- É, pois, uma **medida administrativa**, que possibilita ao estrangeiro (após satisfeitos os requisitos legais) retornar ao país.
- A **deportação jamais atingirá um nacional**, já que **enviar compulsoriamente um brasileiro ao exterior configura BANIMENTO**, pena constitucionalmente vedada (art. 5º, XLVII, "d", CF/88).

2.5.3. Expulsão

A **EXPULSÃO** é medida compulsória que ocasiona a retirada forçada do estrangeiro do território nacional e será utilizada nos casos em que ele atuar de forma nociva ao interesse nacional - como, por exemplo, quando seus atos atentarem contra a segurança nacional, a ordem pública ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou se sua permanência tornar-se nociva à conveniência e interesses nacionais.

- O estrangeiro expulso não pode retornar à República Federativa do Brasil depois da expulsão, sob pena de configurar-se a hipótese do crime descrito no art. 338 do CP ;
- assim como a deportação, **jamais atingirá um nacional**, já que **enviar compulsoriamente um brasileiro ao exterior configura BANIMENTO**, pena constitucionalmente vedada (art. 5º, XLVII, "d", CF/88);
- sua ocorrência independe de solicitação de qualquer Estado estrangeiro: é **ato discricionário do Poder Executivo**.